

EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E OS DESAFIOS DA PESQUISA¹

Ari Paulo Jantsch*

Resumo

O presente trabalho busca, para além das implicações do **Processo de Bolonha** em curso no espaço-tempo universitário mundial e considerando os conceitos de **Educação, Emancipação e Pesquisa**, contribuir apontando alguns pressupostos que, tomados em seu conjunto, direcionam, a nosso ver, a práxis da pesquisa para possíveis desdobramentos emancipatórios das mulheres, dos homens e das instituições que fazem história acadêmica, bem como definem os fundamentos epistemológico-políticos para uma produção de conhecimento crítico e comprometido com a superação da **barbárie intelectual** e do propalado “fim da teoria”.

Palavras-chave: Pesquisa; teoria; educação; emancipação; conhecimento crítico.

A temática passada para a minha inserção no evento do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC diz respeito ao espírito da modernidade. Tratar articuladamente os conceitos de Educação, Emancipação e Pesquisa é um desafio que parcialmente recupera, em tempos de propalada “pós-modernidade” e de um (neo)liberalismo cada vez mais cínico, o projeto civilizatório da modernidade que, segundo Habermas, não se esgotou. Para exemplificar, podemos dizer que a noção kantiana de elevação do gênero humano via educação e a noção humboltiana de universidade que pesquisa continuam vivas. Dos reclames modernos do atual contexto (também marcado pela

¹ O presente texto tem como base parte do artigo/trabalho de Jantsch, Ari P. “Os conceitos no ato teórico-metodológico do labor científico”. In: BIANCHETTI, Lucidio e MEKSENAS, Paulo (Orgs). *Trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. Campinas, SP: Papyrus, 2008 (p. 43-55).

* Graduado em Filosofia (1981). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986), doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1997) e pós-doutorado em Educação pela Uinersidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é professor "Associado" da Universidade Federal de Santa Catarina e coordena o GT Filosofia da Educação da ANPEd. E-mail: apjantsch@terra.com.br

contradição), consideramos prioritário evidenciar o possível caráter emancipatório da pesquisa.

Não tratarei das muitas implicações epistemológico-políticas do reclame utópico moderno em questão. O formato da minha inserção não permite tal empreitada. De qualquer maneira, participar de um debate sem que o lugar político encontre expressivo lugar epistemológico é algo que indica que a **razão** (filosofia) resiste a todas as tentativas de distorção e de deslegitimação em curso. Oxalá os debates em torno do potencial emancipador da pesquisa universitária possam ser ampliados e cada vez mais adensados.

Nesse sentido, minha exposição ficará no limite de um recorte que considero um desafio maior e inarredável em época de **recuo da teoria**² (conforme explicitação contundente de Maria Célia Marcondes de Moraes) e que exige de nós, pesquisadores da educação, uma reflexão capaz de apreender e compreender a complexidade da produção teórica diante das transformações acadêmicas em curso, sob o designado **Processo de Bolonha** (que implica o recuo da teoria acima referida, inclusive na Europa). Mais precisamente, a articulação conceitual básica da presente exposição nos leva a defender a **pesquisa teórica de caráter crítico** (isto é, marcada pela radicalidade própria da razão filosófica).

Assim, para além das implicações do **Processo de Bolonha** em curso no espaço-tempo universitário mundial³ (com impactos mais contundentes na Europa) e considerando os conceitos de **Educação, Emancipação e Pesquisa**, procuramos contribuir, apontando alguns pressupostos que, tomados em seu conjunto, direcionam, a nosso ver, a práxis da pesquisa para possíveis desdobramentos emancipatórios das mulheres, dos homens e das instituições que fazem história

2 Segundo Moraes (2000, p. 3) “A celebração do ‘fim da teoria’ – movimento que prioriza a eficiência e a construção de um terreno consensual que toma por base a experiência imediata ou o conceito corrente de ‘prática reflexiva’ - se faz acompanhar da promessa da utopia educacional alimentada por um indigesto pragmatismo (BURGOS, 1999, p. 468). Em tal utopia praticista, basta o ‘saber fazer’ e a teoria é considerada perda de tempo ou especulação metafísica e, quando não, restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária, presa à sua própria estrutura discursiva”.

3 A respeito desse processo indicamos a leitura de:

a- LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário L. N. de ; CATANI, Afrânio M. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo; GOERGEN, Pedro (Orgs.). *Universidade e Sociedade: perspectivas internacionais*. Sorocaba, SP: EDUNISO, 2008;

b- SGUISSARD, Valdemar. Rumo à universidade mundial – E a universidade será feita à sua imagem e semelhança. *Serie Documental – Textos para Discussão*, Brasília, INEP, v. 10, n. 20, p. 7-28, 2005;

c- _____. Universidade no Brasil – Dos modelos clássicos aos modelos de ocasião?. In: MOROSINI, Marília. (Org.). *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. 1 ed. Brasília: INEP, v. 1, p. 353-370, 2006.

d- _____. *Desafios curriculares da educação superior*”. IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre questões curriculares, Florianópolis, UFSC, 2 a 4 de setembro de 2008.

acadêmica, bem como definem os fundamentos epistemológico-políticos para uma produção de conhecimento crítico e comprometido com a superação da **barbárie intelectual**. Nesse sentido, valemo-nos das seguintes palavras de Milton Santos:

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é esse um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir (2000, p. 20).

Isso posto, consideramos que os seguintes pressupostos se impõem se quisermos que a pesquisa educacional possa contribuir para a emancipação das mulheres e dos homens que procuram fazer história acadêmica contrariando, assim, qualquer prognóstico genérico de “fim da história” e, particularmente, de “fim da teoria”. Vejamos o que a utopia em questão nos possibilita e ao mesmo tempo nos exige!

1- A defesa da Universidade pública como um *ethos* privilegiado da pesquisa para além da valorização do capital. Em tempos em que o conhecimento passou a ser força produtiva centralmente voltada à valorização do valor no contexto da sociedade capitalista, devemos lutar por uma Universidade que se caracterize pelo caráter público de direito e de fato como um espaço onde a pesquisa possa ser realizada universalmente para além dos critérios meramente mercadológicos. É assim que ainda podemos falar enfaticamente em pesquisa sob a concepção emancipadora e não apenas em sociedade do conhecimento, conceito que incorpora a pesquisa como força produtiva voltada (quase) exclusivamente à valorização do capital.

2- A defesa de uma regulação estatal pública para além da mercadorização da pesquisa em qualquer espaço universitário⁴. Mesmo que no atual contexto capitalista seja mais problemático esperar que as universidades privadas pesquisem para além da valorização do capital (eis que são as

⁴ Sugerimos a leitura de Sguissardi, Valdemar. In: Revista *Avaliação*. Dossiê sobre avaliação institucional. (Prelo).

mais submetidas à lógica do capital e/ou reproduzem essa lógica), julgamos importante a atuação do Estado no sentido de reversão da atual **onda de negócios** no âmbito da pesquisa universitária. Embora o Estado assuma um caráter burguês (implicando ontologicamente a sociabilidade do capital), cogitamos que, em face da contradição e, portanto, da disputa de classes que se realiza nesse espaço societário, possa haver a indução, o fomento e a avaliação da pesquisa para além da redução ao mercado sob a sociabilidade do capital.

3- A defesa da Universidade enquanto *locus* autônomo de pesquisa (com especial exigência em relação à Universidade pública), isto é, sem tutela⁵ de qualquer ordem⁶. Embora estejamos em tempos de propalação de uma suposta pós-modernidade e da designada sociedade do conhecimento, vale aqui recuperarmos a concepção iluminista (Kant e outros) ao buscar a autonomia na atividade do pensar (afirmação da razão), de modo a condenar toda e qualquer tutela nessa atividade. É fato, contudo, que isso é desprezado quando se trata de um espírito de época marcado sobremaneira pelo conceito de sociedade do conhecimento e pelo desprezo injustificado da razão. A nosso ver, é na Universidade pública (primariamente na estatal e secundariamente na comunitária) que ainda há um certo espaço para o exercício autônomo da atividade do pensar e que hoje se manifesta decisivamente na pesquisa livre. Paradoxalmente, a sociedade do conhecimento entrava o livre pensar e, conseqüentemente, tutela a produção do conhecimento a partir dos critérios mercadológicos afirmativos da valorização do capital.

4- A defesa da pesquisa teórica na Universidade. Conseqüente ao acima explicitado, podemos

5

*Assim como Kant cogitava a **maioridade** das pessoas ao se libertarem de qualquer **tutela**, podemos evocar para a pesquisa a superação de qualquer determinação que a limite em termos de **potencial emancipatório do gênero humano**. Nesse sentido, o fomento à pesquisa (assim como a realização dos projetos de pesquisa) não pode implicar condicionamentos mercadológicos. Entre outros, isso implica a revisão/reorientação da **lógica dos editais** de pesquisa no Brasil.*

6

Obviamente que isso não retira a necessidade de regulação da atividade de pesquisa em qualquer sociedade e em qualquer universidade, uma vez que se torna praticamente inviável garantir o caráter emancipatório da pesquisa sem regulação em um espaço-tempo de sociabilidade do capital. Assim sendo, surge uma nova luta no horizonte da pesquisa emancipatória, qual seja, a disputa dos critérios e dos termos da regulação, uma vez que a autonomia aqui defendida não implica uma “genética” da emancipação.

cogitar que a Universidade pública, face à sua natureza e o seu compromisso político, possa realizar, sem maiores problemas, a pesquisa teórica. Se não encontramos nas políticas gerais voltadas à produção do conhecimento salvaguardas para a pesquisa teórica, pelo menos podemos contar com a possibilidade dessa nas universidades que lutam pela autonomia na produção do conhecimento. Daí a importância cada vez maior do espaço público na produção do conhecimento. Nesse sentido podemos afirmar (embora com limites): **ou universidade pública ou derrota da teoria**⁷.

5- A defesa do trabalho conceitual na pesquisa no âmbito universitário, com um peso mais decisivo quando se trata de elaboração teórica. Juntamente com a preservação da pesquisa teórica, há de se retomar constantemente o esforço pelo trabalho conceitual que incorpore a coerência teórico-metodológica na pesquisa científica, o que implica, conforme o espírito de uma das nossas epígrafes, percorrermos trabalhosamente um longo caminho. Nesse sentido, as próprias agências de fomento à pesquisa no Brasil precisam rever a política de financiamento das pesquisas. Dois anos para a produção de uma dissertação de mestrado, bem como o prazo exíguo para relatórios de pesquisas de pesquisadores experimentados, praticamente inviabilizam produções que envolvem uma elaboração conceitual de longo alcance (isto é, trabalhos com densidade teórica, incorporem ou não dados empíricos e tratamento estatístico; nesse sentido, a duração de mais de dez anos de uma pesquisa que busca totalizar uma temática não é nada estranho). Melhor dizendo, **essa política boicota, embora silenciosamente, a filosofia** (ou a razão crítica) na produção do conhecimento e acaba incentivando as pesquisas burocráticas ou sob critérios mercadológicos.

6- A defesa do trabalho conceitual crítico (implicando necessariamente razão crítica) na construção teórico-metodológica da pesquisa universitária, com mais ênfase na área das Ciências Humanas e Sociais. Falando com a devida radicalidade que esse pressuposto exige, temos

7

Sobre a dificuldade de afirmação da teoria na atualidade ver o artigo de Maria Célia Marcondes de MORAES. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*. V. 14, n. 1, 2001.

um longo caminho pela frente, seja na luta política por espaços públicos autônomos para o livre pensar, seja na luta acadêmica pela formação qualificada de pesquisadores, formação essa que possa elevar todos os pesquisadores ao status de **intelectuais** e não apenas a pragmáticos acumuladores de muitos relatórios que dificilmente implicam trabalho teórico e crítico (subentendendo a razão crítica).

7- A defesa do pronto rechaço às tentativas de cooptação dos intelectuais mediante políticas sub-remuneratórias e de financiamento das pesquisas que não poucas vezes submetem os intelectuais a interesses não emancipatórios. Se na Universidade a pesquisa há de ser realizada de forma autônoma e com razão crítica, nos parece que um jogo de submissão via remuneração mitigada beira àquilo que podemos denominar barbárie intelectual.

Considerando o conjunto dos pressupostos acima explicitados, há uma aposta epistemológica e política na força da teoria na atividade da pesquisa de caráter emancipatório e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da necessidade da crítica nessa atividade. Se essa aposta é válida para a produção científica na sua totalidade, é especialmente decisiva na área das Ciências Humanas e Sociais e um imperativo político para a Universidade pública. Isso posto, temos como “porvir”, entre outros, uma luta contra os mestrados profissionalizantes e congêneres. O que será da área das Ciências Humanas e Sociais se tais mestrados vingarem?! O que será da pesquisa acadêmica nessa área se logo mais a formação dos intelectuais estará esvaziada mediante a proliferação de cursos que se contentarão com o “saber fazer”. Não há como ignorarmos a importância de uma apropriação crítica dos conceitos e categorias nas dissertações e teses quando quisermos participar da elevação do gênero humano mediante a formação acadêmica. Ademais, ao contrário do propalado pelos críticos utilitaristas e dos ideólogos da “universidade operacional”, não há excesso de teoria/teorização. Pelo contrário: há, em nossa sociedade, falta de teoria e excesso de pseudo-teoria. A teoria se torna necessária, queiram ou não os defensores da universidade operacional, na medida em que nem os dados são sinônimos de conceitos/categorias nem os termos são expressão direta e

imediate dos conceitos. Daí a exigência metodológica da exposição teórico-conceitual nas pesquisas que realizamos, mesmo nas pesquisas que não abdicam dos dados empíricos ou que centralmente se ocupam com tais dados.

Enfim, o nosso rechaço contundente a toda e qualquer tentativa de recuo da teoria, porquanto consideramos tal movimento como um recuo no processo emancipatório do gênero humano.

EDUCATION, EMANCIPATION AND CHALLENGES OF RESEARCH

Abstract

Well beyond the implicatures **of the Process of Bologna**, going on in the academic space and time all over the world, and considering the concepts of **Education, Emancipation and Research**, this article seeks to point out some presuppositions that, in their whole, according to our opinion, are directed to the research praxis, aiming the emancipative development of women, men and institutions doing academic history, as well as defining the epistemological and political foundations for the production of critical and committed knowledge, in order to overcome **intellectual barbarism** and the disseminated “end of theory”.

Key Words: Research; theory; education; emancipation; critical knowledge.

Referências

MORAES, M. C. M. *Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000 (texto para discussão).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed.

Rio de Janeiro: Record, 2000.

A bibliografia citada nas notas está devidamente explicitada nas mesmas.